

Um continente submerso

JOSÉ NÊUMANNE PINTO

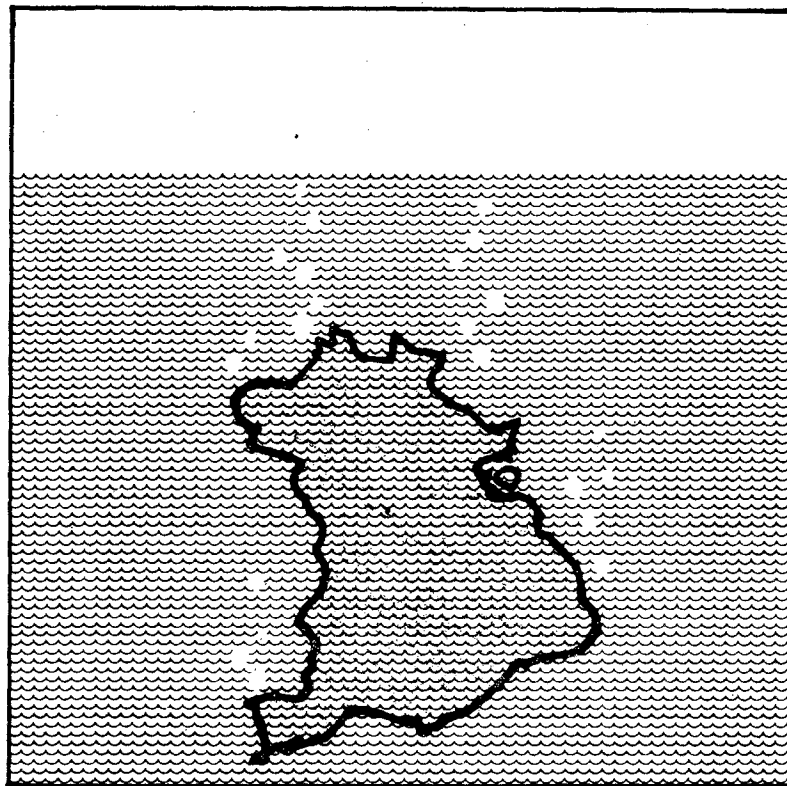


O Brasil prepara-se para voltar ao convívio financeiro internacional com a assinatura iminente do acordo da dívida externa e uma reunião solene, na qual o governo federal deverá anunciar publicamente o

fim da moratória. A dura realidade de nossos altos índices de pobreza e baixos níveis de produtividade já se encarregou de sepultar, há muito tempo, a idéia maluca do regime militar de que o Brasil era uma ilha de prosperidade e paz, enquanto o resto do mundo se afogava em sangue. Agora, a ilusão neo-republicana de que o País se basta a si próprio desaba ante sua evidente inconsistência.

A interdependência econômica é uma realidade, mesmo para nações com enorme potencialidade própria de mercado, caso da China e da União Soviética. Para o nosso caso, como para o peruano ou o argentino, vale a lúcida observação do crítico literário Leo Gilson Ribeiro, na introdução escrita para seu último livro, *O Continente Submerso*, lançamento recente da Editora Best Seller. Escreve Leo, recorrendo ao oportuno apoio do genial romancista cubano Alejo Carpentier: "Precisamos repensar profundamente a xenofobia nas relações econômicas com o resto do mundo, o que para o Brasil é de capital importância, pois determinará se, ao abrigo de absurdas reservas de mercado espúrias no campo da informática e da revolução eletrônica, ficaremos isolados de um planeta em mutação tecnológica célere e cada vez mais interdependente".

Pode-se até tentar discutir a autoridade de Leo, formado em Literatura Comparada na Alemanha em 1959 e não um ex-discípulo de Keynes ou Hayek, no assunto. Mas quem ou-



sará discordar dos fatos que ele alinha em defesa do seu argumento? Afirma o autor de *Cronistas do Absurdo*: "Fechar-se para o mundo, como ficou demonstrado tragicamente pela Revolução, na realidade Anti-Cultural, da Guarda Vermelha de Mao Tsé-tung, equivale a condenar-nos ao obscurantismo, à censura, à desinformação, ou em uma palavra: a um atraso funesto e irreversível".

O acordo para pagamento da dívida externa e o fim da moratória são um passo na direção correta, depois de meses e meses de estúpido obscurantismo, fruto meio de xenofobia galopante, meio de burrice cavalara. Para isso, contribuiu, de forma decisiva, a sensatez da equipe econômica chefiada por Mailson da Nóbrega, adepto das providências simples e inimigo dos choques mirabolantes, com os quais os economistas do PMDB gostam de fazer subir a taxa de adrenalina nas veias já entupidas da economia nacional. Não significam, de qualquer maneira, uma cirurgia definitiva, com

a qual se evitaria o colapso da produção e da distribuição de riquezas no Brasil. Infelizmente, a cultura da moratória é apenas um dos muitos sintomas da angina econômica que faz o Brasil sofrer.

Em primeiro lugar, o fim da moratória não nos livra da presença funesta da xenofobia isolacionista. As reservas de mercado continuam sendo um obstáculo importante à participação brasileira na verdadeira feira livre internacional da tecnologia avançada, na qual já expõem seus produtos países de pouca tradição industrial, emergentes da miséria terceiro-mundista. É o caso da Coreia do Sul, que exhibe ao mundo, na magnífica organização da Olimpíada, o acerto da profecia do socialista russo Alexander Herzen, para quem o Pacífico estava fadado, desde meados do século passado, a ser uma espécie de Mediterrâneo do futuro.

Outro trombo a impedir o livre fluxo de riquezas, bens e serviços pelos vasos da economia nacional é a estatolatria, uma

muito nociva religião à qual o brasileiro tem devotado o melhor de seus talentos e de sua boa-fé. Nem uma sociedade rica seria capaz de sustentar o ônus de uma administração pública tão pesada, inchada, ineficiente e intervencionista como a nossa. A melhor descrição de tal obstáculo talvez tenha sido feita pelo já citado Alexander Herzen, que não perdoou a decantada burocracia russa dos idos de 1830. "Uma classe artificial, faminta e inculta, incapaz de fazer outra coisa a não ser 'servir', sem saber de nada que não sejam formulários oficiais, constitui um tipo de clero civil, celebrando o 'serviço divino' nas cortes e nas forças policiais, e sugando o sangue do povo com milhares de bocas gulosas e sujas", escreveu Herzen, em *My Past & Thoughts*.

Infelizmente, a nova Constituição, que deveria garantir a liberdade de produzir e de aprender, assegurou mais os privilégios de uma burguesia cartorial e da casta de sanguessugas do "clero civil", muito assemelhado à burocracia da Rússia czarista, descrita por Herzen. Assim, o eventual acordo da dívida externa e o fim da moratória poderão servir apenas como uma necessária trégua, uma pausa para respirar. Mas ainda não podem ser considerados a chave que abre a porta do mundo desenvolvido para o Brasil. Afinal, esta chave não está lá fora, mas aqui dentro mesmo. Ela seria uma mentalidade aberta na direção do futuro, como reclama Leo Gilson Ribeiro, em seu livro sobre literatura latino-americana. Como a América Latina de Vargas Llosa e Borges, o Brasil é um "continente submerso". E só emergirá deste mergulho no "atraso funesto e irreversível", se compreender, de uma vez por todas, que não é uma ilha nem pode se bastar sozinho. O fim do isolamento do mercado financeiro é uma boa pausa para respirar. Mas, infelizmente, não é o suficiente.

José Nêumann Pinto é editor de Política do Estado